



Uma cultura comum de supervisão em nome da equidade

Gabriel Bernardino fez um balanço da aplicação do Solvência II no congresso anual dos seguros. O presidente da EIOPA destacou o processo de convergência das práticas de supervisão a nível europeu e o impacto da digitalização no sector segurador.

FILIPE FERNANDES

A autoridade europeia dos seguros (EIOPA, na sigla anglo-saxónica) já lançou a discussão pública para a revisão do cálculo do requisito de capital de solvência em 2018, tal como estava previsto na directiva Solvência II. "A intenção é efectuar ajustamentos cirúrgicos onde exista

evidência para tal, tornando o sistema menos complexo e mais proporcional, não se antevendo modificações significativas ao nível das exigências globais de capital" salientou Gabriel Bernardino, presidente da EIOPA na abertura da conferência "Os Seguros em Portugal", que se realizou em Lisboa a 5 de maio, numa organização do Jornal de Negócios, Liberty Seguros, Generali, PLMJ e i2S. Em 2021 está prevista a revisão geral do regime.

"A aplicação do Solvência II tem sido um sucesso e contribuiu significativamente para a estabilidade do

sector financeiro europeu" disse Gabriel Bernardino. "Num cenário macroeconómico bastante difícil, com taxas de juro historicamente baixas, a aplicação de um novo regime de solvência baseado nos riscos, naturalmente mais exigente, foi efectuada sem sobressaltos, fruto de uma preparação atempada e de adequados períodos de transição" referiu.

A nível europeu o sector encontra-se capitalizado com um rácio médio de solvência de 230%. 901 empresas de seguros e resseguros provenientes de 24 países representando uma quota de mercado de 69%,

usaram pelo menos uma das medidas de transição que se destinam a limitar a pró-ciclicidade e a facilitar a entrada no novo regime.

Os trabalhos da supervisão

Gabriel Bernardino sublinhou que a supervisão tem de verificar a sustentabilidade e viabilidade dos modelos de negócio, sobretudo quanto às garantias concedidas nos produtos e à sustentabilidade das políticas de participação nos resultados, comissionamento e de distribuição de dividendos. Além disso, num ambiente de baixas taxas de

juro que afecta a rentabilidade dos investimentos, a supervisão deve estar atenta às políticas de investimento que devem ter em conta o interesse dos tomadores de seguro e beneficiários e não dos accionistas. Acrescentou que "os investimentos devem continuar a ser sujeitos a um escrutínio detalhado, quer em termos dos níveis de concentração, quer ao nível da sua qualidade creditícia, devendo ser seriamente considerado o impacto do risco de reinvestimento".

"Um ponto crítico de implementação prende-se com a necessidade de dotar a empresa de um efectivo sistema de governação, que integre considerações ligadas ao risco, ao capital e ao impacto nos consumidores nas tomadas de decisão estratégicas da empresa" assinalou Gabriel Bernardino. "Nesta área, em que a cultura empresarial desempenha um papel muito relevante, há ainda um longo caminho a percorrer".

Supervisão comum europeia

A estratégia da EIOPA passa pela convergência das práticas de supervisão na União Europeia. "Apenas uma cultura comum de supervisão assegurará condições equitativas, impedirá a arbitragem regulamentar e salvaguardará um nível de

“

A aplicação do Solvência II tem sido um sucesso e contribuiu significativamente para a estabilidade do sector financeiro europeu.

GABRIEL BERNARDINO
Presidente da EIOPA



Inês Gomes Lourenço

Gabriel Bernardino alertou que o sector será sujeito a um "choque de elevadas proporções" com a digitalização.



protecção semelhante para todos os tomadores de seguros e beneficiários na União Europeia” disse Gabriel Bernardino. “Uma supervisão que seja baseada no risco e proporcional; preventiva e pró-activa; desafiante e céptica; abrangente e conclusiva” definiu. Salientou ainda que a supervisão de grupos económicos implica uma contínua e eficaz coordenação entre os diferentes supervisores sectoriais e que tem de supervisionar “todas as realidades institucionais existentes no mercado, sejam elas sociedades anónimas ou mutualidades, sob pena de possibilitar situações de arbitragem regulamentar que a médio prazo distorcem a sã concorrência e criam danos para os consumidores”.

O impacto da digitalização

O impacto da digitalização na actividade seguradora observa-se “com o desenvolvimento de novos modelos de negócio, diferentes formas de intermediação e novas ferramentas de gestão de sinistros, que tiram partido do incremento do poder analítico e da quantidade de dados pessoais disponíveis, da digitalização de processos e da crescente conectividade” referiu.

Sublinhou que a tecnologia beneficia o consumidor com novos produtos e serviços mas também gera processos mais eficientes que reduzem os custos de exploração das seguradoras, que continuam, em geral, a ser bastante elevados, muitas vezes na ordem dos 25 a 30% dos prémios. Por isso diz que “a questão não é se o sector vai ser sujeito a um choque de elevadas proporções, a questão é saber quando é que vai ser sujeito a esse choque”.

Fez ainda referência aos novos riscos, aos padrões éticos no uso dos dados pessoais, e à potencial exclusão de determinados consumidores em função das suas características e os riscos cibernéticos associados aos elevados volumes de informação detidos pelas empresas de seguros. ■

Vai nascer o PEPP, produto europeu de poupança de longo prazo

“A Comissão Europeia pretende apresentar em Junho uma proposta legislativa para a criação do PEPP (Pan-European Personal Pension Product)” anunciou Gabriel Bernardino, presidente da EIOPA. Esta desenvolveu há dois anos a ideia de criar um produto europeu de poupança de longo prazo para a reforma para ser comercializado na Europa em concorrência com os produtos actualmente existentes. Segundo Gabriel Bernardino o PEPP deve ser um produto simples, eficiente ao nível dos custos, transparente e de confiança, por forma a possibilitar o investimento sustentável de longo prazo em activos como acções, imobiliário e infraestruturas, tradicionalmente com retornos superiores. Necessita também de um regime fiscal favorável e estável e pode beneficiar de necessidades de capital inferiores em termos de requisitos de solvência, se evitar a exposição à volatilidade de curto prazo dos mercados.

A APS tem um grupo de trabalho que “está a olhar para o que já se conhece e a desenvolver algum trabalho conjunto para identificar em Portugal como é que se poderia adaptar o PPEP e com isso desenvolver toda uma oferta de produtos que possa ser interessante para os consumidores portugueses” revelou José Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Seguradores. ■

FSF



José Alçaça, presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, encerra a conferência.

Seguros são um pilar de estabilidade

O presidente do regulador dos seguros destacou as fragilidades macroeconómicas, a baixa poupança e a digitalização como desafios ao sector.

“No rescaldo da grave crise financeira, o sector segurador nacional tem demonstrado ser um pilar de estabilidade, mantendo, sem rupturas, um fluxo de serviços vitais para a economia e para a sociedade, em matéria de protecção dos riscos e de gestão das poupanças dos agentes económicos. Ao mesmo tempo, actuou de forma anti-cíclica, como fonte de financiamento e de liquidez no contexto dos grupos económicos nacionais nas fases de maior turbulência dos mercados”, salientou José Alçaça, presidente da ASF, na sessão de encerramento da conferência anual “Os seguros em Portugal”, que decorreu a 5 de maio de 2017 no Lux Lisboa Park Hotel, em Lisboa.

Em 2016, o sector segurador reforçou a sua resiliência, tendo registado um incremento dos rácios de solvência face ao final de 2015, atingindo 147% e 418%, respectivamente, na cobertura do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo. No entanto, José Alçaça sublinhou que existem desafios importantes como “os que decorrem das fra-

gilidades ao nível macroeconómico, onde destacaria o elevado endividamento público e privado, a dependência dos custos de financiamento da política monetária do BCE e a baixa poupança interna. Acrescem ainda as incertezas persistentes na conclusão do processo de estabilização e na sustentabilidade do sector bancário nacional”.

Poupança e inovação

Centrou depois a sua intervenção na importância estraté-



Novo regulamento sobre a protecção de dados irá requerer uma importante alocação de recursos e revisão profunda dos processos.

JOSÉ FIGUEIREDO ALÇAÇA
Presidente da ASF

gica de reanimar a poupança em Portugal, actualmente em mínimos históricos, apesar dos constrangimentos colocados pela conjuntura de baixas taxas de juro e a falta de estímulos, nomeadamente de natureza fiscal. Salientou ainda a digitalização e utilização de novas tecnologias, as quais encerram riscos adicionais, mas também oportunidades para aumentar valor e competitividade através de fenómenos como as InsurTech, que incorporam inovações tecnológicas no modelo de negócio segurador, o “big data”, os operadores, as plataformas digitais e de soluções tecnológicas desenhadas nas áreas da detecção de fraudes, da cibersegurança, da inteligência artificial, dos dispositivos “internet of things”, entre outras.

Referiu ainda a necessidade de dar cumprimento aos requisitos do novo Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, “que irá requerer uma importante alocação de recursos e, eventualmente, uma revisão profunda dos processos de negócio e dos sistemas de informação” disse José Alçaça. ■ FSF



As reformas silenciosas da indústria de seguros

A digitalização, a poupança e a revolução legislativa nos seguros foram os temas dominantes na conferência “Os Seguros em Portugal” que se realizou em Lisboa a 5 de Maio, numa organização do Jornal de Negócios, Liberty Seguros, Generali, PLMJ e i2S.

“O maior desafio da transformação digital nos seguros talvez seja conseguir manter a máquina a funcionar, assegurar resultados técnicos que permitam continuar a investir, ao mesmo tempo, saber onde procurar ‘the next big thing’” referiu Luís Cardoso, director de inovação e projectos da Liberty Seguros. “Estamos a tentar perceber porque estamos a trabalhar em actualizações de sistemas ‘legacy’ e o mundo já está na ‘cloud’. Acho que ninguém tem resposta para o que vai acontecer. A mudança é inevitável até porque o mundo já nem sequer é dos portáteis, já é móvel, temos acesso a tudo, em todo o lado e a qualquer hora”.

O impacto dos millennials

Não é só a tecnologia que está a mudar, os clientes também. A análise às necessidades dos clientes mostra que estes querem transparência, flexibilidade, individualização e acesso facilitado. As novas gerações fazem outras exigências. No Insurance World Report, feito pela Capgemini e a EFMA, a satisfação dos clientes com as empresas de seguros a nível global era de 74%, mas só 33% dos millennials, que neste momento já representam 25% da população mundial, se diziam satisfeitos com as seguradoras tendo em conta os canais digitais e tradicionais apontou Luís Cardoso.

A transformação digital vai ter impacto nos recursos humanos. “Hoje em dia é possível substituir grande parte das funções numa se-

guradora por máquinas com inteligência artificial tanto em tarefas mais administrativas como outras mais exigentes” assinalou Luís Cardoso. Ao mesmo tempo que vai exigir pessoas com novas competências, como sublinhou Rogério Dias, director-geral da Generali.

Revolução legislativa

“Se há um sector que tem sido objecto de revolução legislativa é o sector segurador” disse Nuno Luís Sapateiro, associado sénior da PLMJ. Depois da nova lei da actividade seguradora, adaptação de Solvência II, em vigor há um ano, “vamos ter nova legislação na distribuição de seguros, na protecção de dados pessoais, o regime dos PRIIPS (pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros) que vai ter impacto nas seguradoras por causa dos produtos complexos e dos ‘unit-linked’”.

Mas também nos aspectos legais a tecnologia e as suas mutações têm impacto. “Todas estas directivas e restante legislação estão construídas com base numa adequação à realidade, mas depois a tecnologia altera a realidade e podem ter de ser objecto de alterações” deu nota Nuno Luís Sapateiro.

Os desafios práticos do sector também passaram pela análise de José Galamba de Oliveira. Nos últimos dois anos a produção do ramo Vida passou de 10,4 mil milhões de euros em 2014 para 6,6 mil milhões em 2016, embora nos últimos dois trimestres a tendência pareça ter-se



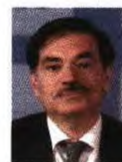
José Galamba de Oliveira, Luís Cardoso, Nuno Luís Sapateiro e Rogério Dias debateram os desafios do sector.

DITOS

A OPINIÃO DO PAINEL

“

O sector tem um papel na captação de poupança de longo prazo que depois é reinvestido na economia e dá uma estabilidade de financiamento.



GALAMBA DE OLIVEIRA
Presidente da APS (Associação Portuguesa de Seguradores)

“

Hoje é possível substituir grande parte das funções numa seguradora por máquinas com inteligência artificial tanto em tarefas mais administrativas como outras mais exigentes.



LUIZ CARDOSO
Director de inovação e projectos da Liberty Seguros

Inês Gomes Lourenço

O DEBATE

O TEMA "A PROPOSTA DE VALOR DA ACTIVIDADE DE SEGUROS - RAI0-X DA ACTUALIDADE" FOI DEBATIDO POR:

- José Galamba de Oliveira, presidente da APS (Associação Portuguesa de Seguradores);
- Luís Cardoso, director de Inovação e Projectos da Liberty Seguros;
- Nuno Luís Sapateiro, associado sénior da PLMJ;
- Rogério Dias, director-geral da Generali;
- Moderação a cargo de André Veríssimo, subdirector do Jornal de Negócios.

invertido. Esta queda está relacionada com vários factores como o envelhecimento, a baixa prolongada das taxas de juro, mas tem sobretudo a ver com a baixa taxa de poupança dos portugueses.

Resultados técnicos

"As seguradoras estão a fazer o trabalho de casa juntamente com a APS porque o sector tem um papel na captação de poupança de longo prazo que depois é reinvestido na economia e dá uma estabilidade de financiamento que é importante" informou Galamba de Oliveira.

"A poupança vai ser uma das áreas a sofrer impacto pela inovação. Recentemente apareceu uma nova seguradora que se propõe fazer poupanças com base nos arrendamentos dos pagamentos" alertou Luís Cardoso. "São soluções disruptivas que vamos começar a ver e que nos vão permitir tanto uma relação mais directa com o cliente, como modelos de negócios diferentes".

O presidente da APS salientou que "há uma recuperação dos resultados técnicos do ramo não vida, sobretudo acidente de trabalho e automóvel, mas continua a ser uma preocupação para o sector. Frisou que "a consolidação do sector não está terminada" mas que esse não é um problema, porque é do interesse do sector "a procura de mais eficiência e de rentabilidade para ter capacidade de investir e de saber como é que se medem esses novos riscos e se oferecem novos produtos e serviços". ■ FSF

O desafio da governação das seguradoras

"O maior desafio das seguradoras é o da 'governance' e das políticas de governação" afirmou Rogério Dias, director-geral da Generali. Na análise de Gabriel Bernardino, presidente da EIO-PA, um ponto crítico de implementação do Solvência II nos vários mercados europeus "prende-se com a necessidade de dotar a empresa de um efectivo sistema de governação, que integre considerações ligadas ao risco, ao capital e ao impacto nos consumidores nas tomadas de decisão estratégicas da empresa. Nesta área, em que a cultura empresarial desempenha um papel muito relevante, há ainda um longo caminho a percorrer".

"O pilar I é quantitativo e se houver capitais suficientes à partida resolvessem os principais problemas. O 'governance' não é uma questão de capital, é de estruturação e de organização interna. E há a necessidade de haver uma 'compliance' forte para assegurar que estes sistemas do 'governance' são devidamente observados" disse Nuno Luís Sapateiro. ■ FSF

33%

SATISFAÇÃO

Um estudo feito pela Capgemini e a EFMA conclui que apenas 33% dos millennials diz estar satisfeito com os serviços das seguradoras.

Dotar a empresa de um efectivo sistema de governação deve ser uma prioridade para as seguradoras.

Responsabilidade transversal

"Hoje fala-se na alteração cultural das organizações em nome da rapidez e da simplicidade. Só que alterações culturais das organizações não se fazem apenas com simplicidade mas também com controlo, que virá das novas funções dos actuários, da 'compliance', da regulamentação que vem alertar os seus gestores para alterarem os procedimentos internos" referiu Rogério Dias.

"Existe uma ideia quase enraizada de que a responsabilidade acaba no conselho de administração, que é o órgão decisó-

rio. Solvência II com as funções-chave e os directores de topo alargou o leque e tornou transversal a responsabilidade ligada às questões da idoneidade, repartição de funções, dos códigos de conduta" disse o advogado da PLMJ. O tema da subcontratação é algo crítico por deixar bem claro que tudo o que é subcontratação e que saia da esfera directa da seguradora têm de ser devidamente sujeita a uma triagem interna e até externa que a ASF exemplificou Nuno Luís Sapateiro. ■

FILIPE S FERNANDES

“

Todas estas directivas e restante legislação estão construídas com base numa adequação à realidade mas depois a tecnologia altera a realidade.



NUNO LUÍS SAPATEIRO
Associado sénior da PLMJ

“

Alterações culturais das organizações não se fazem apenas com simplicidade mas também com controlo, que virá das novas funções dos actuários, da "compliance", da regulamentação.



ROGÉRIO DIAS
Director-geral da Generali



Os desafios da disrupção e os novos riscos

A indústria seguradora vive um grande momento de disrupção tanto no domínio da tecnologia, como do comportamento dos consumidores, a que acresce a da emergência de novos riscos. Mas há problemas de sempre, como os juros.

“Um dos desafios para as seguradoras é a rapidez a lançar produtos” disse Gastão Taveira, CEO da i2S. Com os sistemas baseados em “mainframes”, a maior parte das companhias leva oito a 12 meses para lançar um novo produto complexo, só em termos informáticos. “Isto tem de ser ultrapassado e também há tecnologias para o fazer” assegurou. O caminho passa por uma configuração de produtos muito simples em que um actuário seja capaz, sem qualquer programação, de definir um produto. Este processo é rápido e em semanas pode-se lançar um produto, fazer um teste de mercado. Se não funcionou altera-se. “Esta agilidade é fundamental com a mudança social” sublinhou Gastão Taveira.

Outro factor muito importante na

forma de interacção das seguradoras com os clientes é a omnicanalidade. “Tem de haver o ‘single point of truth’ na companhia seguradora, que é uma espécie de motor de regras. Quando se define um produto definem-se todas as condições técnicas, o processo e as regras de decisão, seja na subscrição, na gestão de sinistros, no cálculo das provisões. É o motor de regras que permite que seja publicado em todos os canais e em todos os dispositivos possíveis” referiu Gastão Taveira.

A disrupção dos seguros

“A indústria seguradora vive um grande momento de disrupção tanto no domínio da tecnologia como do comportamento dos consumidores” afirmou Rui Neves, senior partner da McKinsey. Por sua vez, Gastão Taveira deu como exemplo o facto de em

O DEBATE

NO DEBATE DO TEMA “OS NOVOS CENÁRIOS SOCIO-ECONÓMICOS E O SECTOR SEGUADOR”, ESTIVERAM PRESENTES:

● Ana Martins Pereira, vice-presidente do Instituto dos Actuários Portugueses;

● Flavia Rodríguez-Ponga, directora-geral do Consorcio de Compensación de Seguros;

● Gastão Taveira, CEO da i2S;

● Luís Pereira Coutinho, CEO do Banco CTT;

● Rui Neves, senior partner da McKinsey & Company.

● Moderação a cargo de André Veríssimo, subdirector do Negócios.

Inglaterra mais de 70% do seguro automóvel ter resultado de uma pesquisa online. Traçou ainda o retrato dos millennials que serão entre “entre 25 e 50% dos consumidores, muito ágeis, conectados. Não aceitam a relação normal e burocratizada, as coisas têm de ser mais simples, valorizam a experiência, querem respostas imediatas, não confiam na publicidade e já vêem pouca televisão, informam-se. Acreditam numa marca se tiverem tido experiências positivas. A capacidade de fazer pesquisa é elevada”.

Uma das tendências marcantes dos tempos que se vivem é a simplificação e o custo. Luís Pereira Coutinho, presidente do Banco CTT, uma instituição financeira recém criada que tem como filosofia uma relação com o cliente com produtos de poupança e investimento muito simples, com apoio tecnológico e com serviços de baixo custo. Funcionam também em parceria por isso não estão reféns dos seus próprios produtos. “Temos trabalhado com os nossos parceiros se-

guradores para encontrar soluções simples, fáceis de entender pela rede e pelos consumidores”.

Riscos e juros

No mapa dos riscos as seguradoras estão preparadas para os riscos tradicionais como tem provado pela sua capacidade de gerir esses riscos. O problema, como assinalou Flavia Rodríguez-Ponga, “está nos novos riscos, que vêm de fora do sector, sobretudo oriundos da tecnologia e do impacto da digitalização e dos sistemas de relacionamento com os clientes como a venda online”. Para uma seguradora com o ramo automóvel os riscos são geridos com eficácia e conhecimento, no futuro o risco principal vem de fora, são riscos externos sobretudo tecnológicos, como por exemplo da tecnologia com os veículos autónomos e que vão levar a um outro conceito de responsabilidade civil e de seguro automóvel.

As baixas taxas de juro têm sido um dos grandes desafios da indústria seguradora. Como disse Flavia Rodríguez-Ponga, “no ramo não vida os investimentos são de mais curto prazo, cerca de dois a três anos, enquanto no Vida são de muito longo prazo e é onde o impacto das baixas taxas de juro mais se tem feito sentir”.

A directora-geral do Consorcio de Compensación de Seguros explicou que o estreitamento da margem financeira colocou mais pressão sobre a margem técnica. Por isso no ramo não vida para gerir a margem técnica procura-se vigiar a cadeia de produção para evitar a fraude e pagamentos indevidos, para limitar os custos. Mas numa apólice de Vida não se pode pressionar a margem técnica. “O que se fez em Espanha para evitar essa pressão sobre a margem financeira foi o aumento dos ‘unit-linked’, os produtos em que o risco do investimento é assumido pelo cliente ou, então por outra fórmula, que me agrada mais, com taxas de juros que não são garantidas para toda a vigência da apólice mas com taxas de juro que são revistas de seis em seis meses ou de ano a ano” salientou Flavia Rodríguez-Ponga. ■

Inês Gomes Lourenço



Ana Martins Pereira, Flavia Rodríguez-Ponga, Gastão Taveira, Luís Pereira Coutinho e Rui Neves discutiram caminhos para a evolução do sector.

FILIPE S. FERNANDES



A nova vida dos actuários

Inês Gomes Lourenço



Ana Martins Pereira falou sobre o novo papel do actuário.

DITOS

A OPINIÃO DO PAINEL

“

A indústria seguradora vive um grande momento de disrupção tanto no domínio da tecnologia como do comportamento dos consumidores.



RUI NEVES
Senior partner da McKinsey

“

Temos trabalhado com os nossos parceiros seguradores para encontrar soluções simples, fáceis de entender pela rede e pelos consumidores.



LUIS PEREIRA COUTINHO
CEO do Banco CTT

“

Tem de haver o 'single point of truth' na companhia seguradora, que é uma espécie de motor de regras. É o motor de regras que permite que o produto seja publicado em todos os canais.



GASTÃO TAVEIRA
CEO da i2S

“

Os novos riscos, que vêm de fora do sector, sobretudo oriundos da tecnologia e do impacto da digitalização e dos sistemas de relacionamento com os clientes.



FLAVIA RODRÍGUEZ-PONGA
Directora-geral do Consorcio de Compensación de Seguros

“

Mais importante do que Solvência II, que trouxe os requisitos de capital, é a auto-avaliação do risco, o Own Risk and Solvency Assessment (ORSA).



ANA MARTINS PEREIRA
vice-presidente do Instituto dos Actuários Portugueses

“Solvência II veio dar um papel muito importante ao actuário” salientou Ana Martins Pereira, vice-presidente do Instituto dos Actuários Portugueses. Nas seguradoras os actuários tinham um papel operacional a fazer os produtos, estudar a sua rentabilidade e as fórmulas das provisões técnicas. A nova legislação, decorrente de Solvência II, introduziu uma nova função que é de supervisão de todo o trabalho das provisões técnicas considerando que estas não são apenas contabilísticas mas têm um racional económico subjacente. “Os pressupostos das previsões económicas podem ser diferentes, podem divergir, portanto o número pode ser diferente e toda a companhia tem de perceber se os pressupostos são realistas e os riscos em que estão a incorrer” referiu Ana Martins Pereira.

Esta actuação ligada ao BPI Vida e Pensões fez referência ainda ao actuário responsável, que existe em Portugal mas não em muitos países europeus, e que faz uma certificação dos trabalhos feitos pela função actuarial, “que tal como os auditores tem de certificar todos os cálculos das provisões económicas e das necessidades de capital”.

A tecnologia e os actuários

O problema para os actuá-

rios é tentar explicar dentro das seguradoras que tudo mudou e que se pode ter um rácio de 125% de solvência e o capital ter muito risco e ter o mesmo valor de solvência e o capital ter pouco risco. Para Ana Martins Pereira “mais importante do que Solvência II que trouxe os requisitos de capital é a auto-avaliação do risco, o ORSA”. Explica que, por exemplo, nos Estados Unidos não existem as necessidades de capital como na Europa, mas a auto-avaliação do risco em que as companhias avaliam os riscos que incorrem e projectam cenários para o futuro em paralelo com o seu “business-plan”.

“Os actuários estão a sofrer uma mudança não só por causa de Solvência II mas porque há uma proliferação de modelos nas seguradoras” referiu Rui Neves, senior partner da McKinsey. Acrescentou que as novas seguradoras que estão a surgir nos Estados Unidos, como a Allstate ou Progressive, estão a criar todos os anos um milhão de algoritmos inteligentes não só na análise de risco, mas na segmentação, aquisição de novos clientes, retenção de clientes, “cross-selling”, níveis de serviço. Quase tudo é preditivo até à forma de gerir as empresas e é mais um desafio para os actuários. ■

FILIPE S. FERNANDES



negócios iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 3498, de 12 de Maio de 2017, e não pode ser vendido separadamente.

Revolução digital e nova regulação desafiam seguradoras

- € As reformas silenciosas na indústria
- € Os novos consumidores e os novos riscos
- € A importância de melhorar a governação

Gabriel Bernardino, presidente da EIOPA
“É preciso uma cultura comum de supervisão”

Inês Gomes Lourenço



Publicidade

4ª EDIÇÃO
CONFERÊNCIA ANUAL DE SEGUROS

OS SEGUROS EM PORTUGAL



negócios

Patrocínio:




Apoio: